ATA Nº 698/2019

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, na sala de sessões da Câmara Municipal de Pareci Novo, reuniu-se esta em sessão ordinária, presidida pela Vereadora Adriane Colling Kinzel e secretariada pelo Vereador Edson Henrique Müller presentes mais os Vereadores: Delcio Idesio Kich, Elton Rodrigues Leal, Inacio Francisco Mendel, José Joceli da Silva, Maria Lourdes Francisco, Paulinho Reisdorfer e Paulo Gilnei da Silva.

Abertos os trabalhos às dezenove horas foi procedida a leitura da ata anterior a qual foi aprovada sem restrições.

A seguir foi lido o expediente ao qual foi dado o seu devido destino.

ORADORES

Ao fazer uso da palavra, o Vereador Elton, em relação à proposta do Vereador Paulinho de realizar as sessões semanalmente, opinou que estava bom realizar as sessões quinzenalmente e que não era preciso a mudança. Declarou que quinze dias dava tempo até de falar de outros países como Alemanha e Japão que possuíam coisas boas, mas era preciso se preocupar com Pareci Novo, Rio Grande do Sul e Brasil. Finalizou declarando ser contrário à proposta.

O Vereador Delcio destacou que como já havia falado que faria de graça, não contava muito sua opinião sobre as sessões serem semanais ou quinzenais. Mas, assinalou se os projetos vierem incompletos ou com pedido de urgência onde não cabia, se poderia fazer sessão de semana em semana, de dois em dois dias que o projeto não iria andar. Colocou que a Casa só cumpria os seus prazos, que a medida iria adiantar em uma semana e era mais fácil se organizar mais. Comentando sobre a entrevista do Vereador Paulinho ao jornal Primeira Hora, pediu esclarecimentos sobre alguns pontos: quais eram os Vereadores a que ele se referia na reportagem ao dizer que alguns Vereadores compareciam apenas duas vezes ao mês na Câmara e não tinham conhecimento dos projetos em pauta; em outro trecho da reportagem citava que alguns não cumpriam sua função só vinham fazer politicagem e indagou se o Vereador Paulinho não estava fazendo politicagem no jornal. Destacou que não queria ser julgado por nenhum colega seu, mas por quem o pôs na Câmara. Mas, observou que como se estava em uma democracia cada um tinha o direito de colocar o que quiser e de reclamar também.

O Vereador Edson, ao fazer uso da palavra, pediu apoio dos colegas Vereadores para a aprovação tanto da urgência da LOA quanto da emenda de sua autoria, em que estavam sendo suplementadas algumas rubricas da educação para dar condições para que a educação infantil possa oferecer para o quarto e quinto ano o turno integral, sobre o qual foi informado aos pais que a partir do próximo ano não haveria mais. Informou que estavam sendo tirados recursos da Câmara de Vereadores no valor R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de uma rubrica da Secretaria de Planejamento utilizada para a compra de imóveis e este valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) estava diluído nas rubricas que comportavam material de consumo, material permanente para estrutura da sala de aula, obras e instalações para reparos nas salas de aula, e o valor maior para o pagamento de quatro atendentes e quatro professores, incluídas as obrigações, num valor expressivo de R$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais). Destacou que a emenda estava garantindo que no orçamento de 2020, na área da educação iria estar disponível este recurso para que a Secretaria de Educação fizesse o que fosse preciso fazer, pois em uma reunião a Secretária havia dito que não havia recurso no orçamento, o qual estava comprometido. Esclareceu aos pais de que o fato de ser aprovada esta emenda não garantia que eles teriam o turno integral no próximo ano. Acrescentou que ela garantia o recurso e não se poderia mais ter a desculpa de que não havia dinheiro para fazer, pois o dinheiro estava disponível para fazer. Disse contar com o apoio dos colegas Vereadores para incluir esta emenda na LOA e aprovando a LOA para garantir este recurso de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) iriam garantir algo em torno de quarenta vagas integral para o quarto e quinto ano. Sobre a proposta dos Vereadores Joceli, Paulinho e Gilnei parabenizou-os pela iniciativa e disse ser muito favorável, principalmente, em relação à retirada do recesso no primeiro ano do mandato. Quanto ao trabalho semanal disse que para ele não iria interferir em nada porque estava toda semana na Câmara e a questão estava mais ligada ao perfil da pessoa de querer trabalhar e correr atrás das coisas, de buscar informação. Endossando o que o Vereador Neco falou sobre o trabalho da Mesa Diretora e referindo-se a entrevista do Vereador Paulinho para o jornal Primeira Hora em que o mesmo citava que projetos ficavam dois meses na Casa e fazendo sessões semanais iria melhorar esta questão, o Vereador colocou que os poucos que ultrapassaram os quinze dias foram por falta de alguma documentação ou de uma resposta do Executivo a um apontamento feito pela Casa durante a CGP, do qual o Vereador Paulinho fazia parte desde que iniciou o mandato, e inclusive votava a favor dos apontamentos e concordava que segurasse o projeto até que os questionamentos fossem respondidos para aprovar um projeto com qualidade. Ressaltou que não adiantava fazer sessão semanal se os projetos vierem incompletos

e os Vereadores não conseguirem desenvolver seu trabalho. Disse não concordar com a colocação do Vereador porque a Casa desenvolvia um trabalho sério com projetos ruins que vem do Executivo porque os projetos bons eram votados em quinze dias e até em uma semana. Declarou que era preciso defender a Mesa dos Trabalhos e a equipe de seus colegas que não estavam apenas dando opinião, mas propondo e apresentando uma solução para a educação infantil. Ao encerrar, agradeceu à Mesa Diretora e à equipe técnica da Casa pelo excelente trabalho que vem prestando ao longo destes três anos.

Ao se manifestar, o Vereador Paulinho, disse que a primeira proposta sobre férias era uma obviedade, pois todo trabalhador levava doze meses e então teria direito a gozar férias, enquanto o Vereador se elegia, assumia e entrava em recesso. Observou que a matéria precisava ser analisada e que acreditava que os colegas Vereadores concordavam que não era justo. Quanto às sessões semanais, colocou que o Vereador teria uma possibilidade maior de estar presente toda semana na Câmara de Vereadores e assim poderia analisar melhor e fazer um estudo mais aprofundado dos projetos e debater melhor a questão. Colocou que era preciso cobrar do Executivo a melhora da qualidade dos projetos que, muitas vezes, vinham incompletos. Ressaltou achar que os projetos demoravam muitas vezes e que não sabia se citou dois meses porque a norma geral era quarenta e cinco dias e se foi colocado dois meses lá foi um equívoco. Acreditava que fazendo uma sessão semanal mais a CGP se iria ter uma disponibilidade muito maior. Disse que se falou algumas coisas meio pesadas, mas que não citou nenhum nome e que existiam muitos Vereadores ali e em outras Câmaras que desconheciam o conteúdo de muitos projetos e também se colocava nesta situação de às vezes não conhecer o projeto na íntegra. Colocou que fazer um estudo mais aprofundado dos projetos, cobrar mais do Executivo, sessão semanal, CGP dava um espaço maior para desenvolver mais os trabalhos e era uma das maiores reclamações nas ruas. Observou que se não tinha o que fazer se poderia fazer um estudo sobre o estatuto interno da Casa e sobre a Lei Orgânica para melhorar a qualidade do trabalho da vereança. Destacou o projeto do Executivo de verba de incentivo à formação e se tratava de uma demanda importante para os funcionários e que provalvemente iria à CGP. Proposta que qualificava muito o trabalho destes profissionais, a exemplo do que já ocorria na educação. Ao finalizar, disse que se foi ofensivo a algum Vereador pedia perdão, mas acreditava que era preciso ser verdadeiro e alguns colegas desconheciam o conteúdo de alguns projetos por estarem poucas vezes na Casa e, portanto, a sessão semanal era uma oportunidade muito grande para conhecer melhor os projetos e cobrar mais do Executivo.

ORDEM DO DIA

1.Requerimento de urgência subscrito pelo Vereador Edson Henrique Müller, para votação do Projeto de Lei nº E.052/2019, oriundo do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pareci Novo, para o exercício financeiro de 2020.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

Nesta altura, a Senhora Presidente suspendeu os trabalhos da sessão para que fosse procedida a reunião extraordinária da Comissão Geral de Pareceres, a fim de realizar a análise do Projeto de Lei nº E.052/2019.

Retomados os trabalhos, prosseguiu-se com a Ordem do Dia.

2.Indicação nº 018/2019 do Vereador Edson Henrique Müller.

Levada a votação foi aprovada por oito votos.

3.Emenda, apresentada pelo Vereador Edson Henrique Müller que eleva e reduz valores de rubricas orçamentárias constantes do Anexo 4320 – Natureza da Despesa, do Projeto de Lei nº E.052/2019, com parecer favorável da CGP nº 052/2019.

Levada a votação foi aprovada por oito votos.

4.Projeto de Lei nº E.052/2019, oriundo do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pareci Novo, para o exercício financeiro de 2020, com parecer favorável da CGP nº 053/2019.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

5.Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2019, de iniciativa do Poder Executivo.

Levada a votação foi aprovada por nove votos, em primeiro turno.

6.Emenda, apresentada pelos Vereadores Adriane Colling Kinzel, Edson Henrique Müller, Inacio Francisco Mendel, José Joceli da Silva e Paulinho Reisdorfer que suprime o art. 31 do Projeto de Lei nº E.056/2019, com parecer favorável da CGP nº 051/2019.

Levada a votação foi aprovada por oito votos.

7.Projeto de Lei nº E.056/2019, oriundo do Poder Executivo, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Pareci Novo, e dá outras providências, com parecer favorável da CGP nº 051/2019.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O Vereador Edson informou que foi recebida uma notícia muito boa referente ao andamento dos projetos que estimam e fixam as despesas de Vereadores, Prefeito e Vice para a proxima legislatura. Contou que havia uma grande dificuldade com a questão do impacto financeiro e que, informalmente, havia recebido a informação de um colega Vereador de que o Executivo não faria o impacto financeiro. Em vista disto, foi consultada a DPM para averiguar se poderia encaminhar o projeto sem impacto financeiro ou contratar uma empresa terceirizada, gerando um custo desnecessário para o Município, mas se fosse o caso era preciso fazer. Relatou que foi recebida uma notícia muito boa por e-mail onde o Contador Ido informou que recebeu autorização do Executivo para fazer o impacto e à tarde teria informado que o impacto estava pronto na Secretaria de Administração. Colocou que estavam aguardando o envio do impacto para segunda ou terça, a fim de anexar aos projetos e dar andamento a esta pauta, a qual estava parada, aguardando o posicionamento do Executivo. Concluiu afirmando que agora se poderia tocar para frente estes projetos que eram de relevância e importância para o Município.

Antes de encerrar a sessão, a senhora Presidente lembrou a todos da reunião da CGP na quinta-feira, dia 19 de dezembro, às dezenove horas e da próxima sessão ordinária na quinta-feira, dia 26 de dezembro, às dezenove horas.

A sessão foi levantada às vinte horas e quinze minutos, lavrando-se para constar a presente ata.

Sala de sessões, 12 de dezembro de 2019.

Verª Adriane Colling Kinzel
Presidente

Ver. Edson Henrique Müller
1º Secretário